

Eixo Temático

1. Educação no campo e Movimentos Sociais

Título

Educação e luta política: uma análise sobre a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Autor(es)

Luana de Paula Perez

Instituição

Universidade Federal de São Paulo

E-mail

luana.depaulaperez@gmail.com

Palavras-chave

Educação do campo; luta política; intelectual orgânico; MST

Resumo

Nos últimos anos, houve uma crescente importância da questão da educação na luta política do MST. Conhecido por ser um movimento pela reforma agrária, a partir do final da década de 1990, início da década de 2000 o movimento começou a se preocupar em criar uma pedagogia do campo, que passou a estar inserida de maneira relevante em seu projeto. O intuito desta pesquisa é compreender porque a educação adquiriu tamanha importância no projeto político e societal do movimento, e como o mesmo vem buscando construir um projeto pedagógico condizente com as necessidades cotidianas dos assentados, tanto nas escolas dos assentamentos como na formação de militantes e formadores. Segundo o movimento, a educação é um instrumento de luta,

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



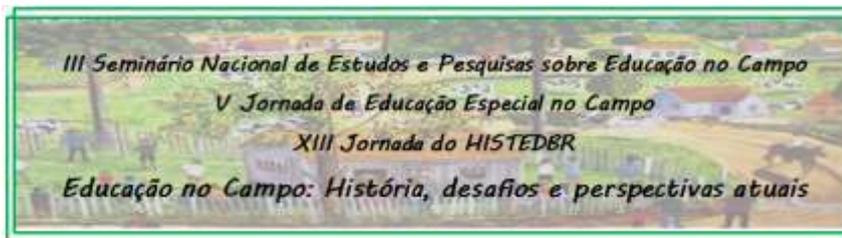
pelo qual os sujeitos adquirem conhecimento sobre sua história e sobre a luta de seu povo, com a finalidade de pensar tanto a questão da terra quanto um projeto de transformação da sociedade. Essas são as premissas educacionais do movimento, que estão sustentadas na Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, e na Pedagogia do Movimento e da Alternância, criadas pelo próprio movimento, com a finalidade de compreender como o movimento e a vida no campo são essenciais na construção de uma pedagogia própria do campo. Com a finalidade de inserir em seu projeto político a questão da educação como fonte de luta dentro do movimento, os conceitos de intelectual e guerra de posição de Antonio Gramsci podem ser ferramentas teóricas fundamentais para interpretar o projeto educacional do MST. Em síntese, as questões a serem respondidas são as seguintes: é possível afirmar que o projeto pedagógico do MST se insere na necessidade diagnosticada pelo movimento de formar *intelectuais orgânicos* – quadros, segundo o repertório do próprio movimento – para seu projeto de transformação social? Este projeto está inserido na tática de *guerra de posição* com o intuito de transformar a consciência, produzindo um novo consenso para uma transformação revolucionária? O movimento tem conseguido conciliar a luta pela educação do campo com a luta pela Reforma Agrária? É possível afirmar que a educação vem se tornando relevante para o movimento por que coloca a luta política em um novo patamar?

Texto Completo

Nos últimos anos a discussão sobre a educação vem tomando grande relevância na sociedade brasileira. As lutas pelo direito à educação revelam a importância desta como uma fonte poderosa não só de conhecimento, mas de transformação da consciência dos sujeitos. Com o fim do Regime Militar e o processo de redemocratização, a Constituição de 1988 garante que a educação é um direito de todos para o pleno exercício da cidadania.

Esta é uma discussão que permeia toda a sociedade, que abrange todos os indivíduos e acontece de maneira sistemática também dentro dos movimentos sociais. A educação assume papel importante nas pautas centrais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nas últimas décadas, e a questão principal é compreender como esta aponta para um novo patamar da luta política e se isso de fato ocorre. Para isso é necessário compreender como o projeto educacional dialoga com o projeto político do movimento e como a educação torna-se importante aspecto para a realização de ações efetivas dos sujeitos do movimento, tanto em prol da luta pela reforma agrária quanto pelas pautas mais atuais, como o embate frente ao agronegócio.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



No início da década de 1980, com o surgimento do movimento, a dinâmica da luta dos trabalhadores do campo apontava a implantação de um projeto que possibilitasse a Reforma Agrária e o acesso à terra, com o fim do latifúndio improdutivo. Esse projeto surge com a luta destes por melhores condições de trabalho e pelo embate político-ideológico devido ao momento político pelo qual o país passava, quando então da formação do MST.

Contudo, com o passar dos anos, as lideranças junto com os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra perceberam a importância do acesso à educação, não só como direito de todo cidadão, mas também como parte do processo de fortalecimento da organicidade do movimento.

A educação dentro da proposta dos assentamentos passou por vários momentos de transição e discussão. Lutar pela educação começou a tornar-se parte da identidade do movimento quando se percebeu a importância da educação, não só como direito de todo cidadão, negado às famílias rurais, assim como uma fonte de conhecimento que poderia ajudar a construir a consciência dos assentados sobre sua luta e as demandas do movimento em que estavam inseridos.

A educação para o movimento não acontece apenas pela escolarização, ou transmissão de conhecimentos aplicados, específicos. Essa prática educacional do movimento obedece aos seguimentos escolares, como: educação infantil, ensino fundamental I e II, Ensino Médio, ensino profissionalizante, ensino superior, etc. Mas consideram a educação também como uma das dimensões da formação humana dos indivíduos, em que estes estejam também em consonância com o projeto político do movimento, e com a construção prática e cotidiana que tem como fim uma sociedade mais justa para todos.

No fim da década de 1990, esta questão começou a criar mais corpo nas pautas do movimento e então os primeiros congressos sobre a educação do campo começaram a acontecer. O desafio pelo direito à educação tornou-se uma luta tão importante quanto a luta pela terra. Como diria José de Souza Martins (1994) a demanda por escolas do campo era quase tão radical quanto a decisão pela ocupação de terras, pois numa



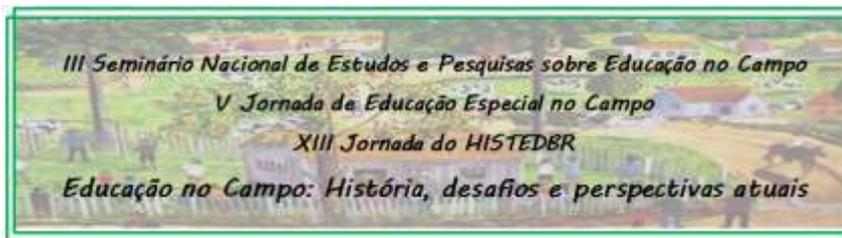
sociedade cujo modelo de desenvolvimento não requeria formação nas áreas rurais, a educação era um direito negado ao sujeito sem terra.

Nesse contexto, há que se observar que existem contradições bastante intensas no modelo de desenvolvimento no Brasil, uma tendência marcada pela exclusão e pelas desigualdades da população do campo. A lógica, até meados dos anos 2000, era enxergar um mercado emergente predominantemente urbano o que avança para uma consequência explosiva da migração campo-cidade e com isso a crise do emprego e do outro lado a reação camponesa marginalizada que deseja lutar por seu espaço e seu lugar social através da resistência.

É nesse modelo que então a Conferência Nacional Por uma educação Básica do Campo surge e apresenta sua agenda política com uma proposta de educação que visa implementar um projeto de desenvolvimento para inclusão dos sujeitos do campo, além de um direito, até então negado a estes sujeitos. Sendo que o papel da educação, embora a priori tenha um foco específico nas questões educacionais, acaba trazendo um debate mais amplo como, por exemplo, pensar e realizar uma educação vinculada às estratégias de desenvolvimento para o país.

Sendo assim, inicia-se o processo de direcionar a educação para um sentido mais amplo, um processo de formação humana dos indivíduos, com o intuito de construir referências culturais, sociais e políticas para que os sujeitos sejam capazes de intervir em sua realidade social e ter o poder de transformá-la. E por consequência disso a discussão não se fecha no aspecto da escolarização, mas amplia-se o conceito de educação básica para incorporar as inúmeras experiências significativas da educação não formal, de outras práticas educativas, principalmente àquelas ligadas aos grupos existentes no meio rural.

No entanto, as discussões se estreitam ao se pensar num modelo ideal para as escolas do campo e a formação dos indivíduos do movimento. Mesmo sabendo que a escolarização não engloba toda a prática educacional é imprescindível reconhecê-la como um direito fundamental a ser garantido para todos os indivíduos. E o ponto principal desta Conferência é pensar e planejar uma educação que atenda às demandas



do meio rural e que ensine as crianças, os jovens e os adultos a se compreenderem enquanto sujeitos do campo, e ainda mais, como sujeitos de sua própria história.

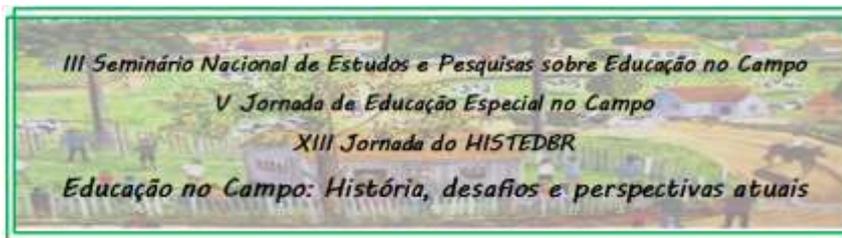
No *Texto Base* da Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo (1998) indica que:

A escola pode ser parte importante das estratégias de desenvolvimento rural, mas para isso precisa desenvolver um projeto educativo contextualizado, que trabalhe a produção do conhecimento desde questões relevantes para a intervenção social nesta realidade. [...] A educação por si só não resolve por si só os problemas do país, nem tão pouco promove a inclusão social. Ela pode ser um elemento muito importante, se combinada com um conjunto de ações políticas, econômicas e culturais, que mexam diretamente no modelo econômico. (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 1998 p. 35).

Com o processo de desenvolvimento capitalista há uma nova concepção de luta no campo que indica um viés de luta contra o agronegócio e a favor da guinada da agroecologia. Com o avanço do capitalismo no campo, o MST passa a identificar que não somente o latifúndio tradicional, mas também as grandes empresas transnacionais que sustentam o agronegócio, que modificam a estrutura da exploração do trabalhador rural e tendem à concentração de terras, também devem ser combatidas. (HILSENBECK FILHO, 2013 p. 86)

Até aqui pôde ser observado que desde o início das discussões sobre a educação surgidas na década de 1990 até os dias atuais, muitas mudanças aconteceram, inclusive nas pautas de luta do movimento. As estratégias da educação tanto nas escolas quanto fora delas tem por objetivo a reforma agrária, mas não só mais ela. A formação da militância passa a corroborar com outros aspectos da luta camponesa como, por exemplo, o caminho para a agroecologia (estilo de produção agrária que não polui e tem como caráter a sustentabilidade).

Numa ação contra hegemônica em que a educação assume o papel de formar para a luta e contra os sistemas e modelos de produção atual, a formação de indivíduos orgânicos ao movimento é um dos aspectos mais importantes dentro do cenário atual. Pois a formação destes impulsiona mudanças na estrutura e na superestrutura da sociedade atual, já que tanto as relações de produção quanto nas relações ideológico-culturais a ação se torna concreta quando os indivíduos conhecem a articulação da



sociedade em que estão inseridos e também a direção que pretendem seguir e os objetivos que querem alcançar.

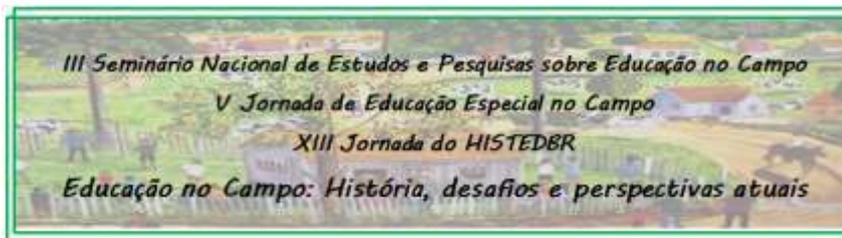
De fato com isso a educação se torna de suma importância na vida social dos indivíduos, militantes, sujeitos do campo, pois busca não só ser a garantia de um direito adquirido. Mas sim, uma educação entendida também como processo de interpretação da realidade para poder transformá-la.

É importante frisar que, a formação desses agentes da transformação ocorre com a formação de intelectuais orgânicos desse grupo social. Ou seja, o intelectual orgânico é aquele indivíduo que surge dentro de uma classe ou grupo social que dá homogeneidade ao grupo, ou no caso o movimento social que representa, no campo econômico, social e político.

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político. (GRAMSCI, 1968, p. 3).

Esses indivíduos são formados dentro do movimento e, conforme adquirem consciência sobre todo o processo que envolve sua luta, estão mais perto de conseguir alcançar os objetivos propostos. A educação é um processo de conhecimento que ocorre na formação humana do sujeito inserido no movimento, pois conhecendo sua história, a história da sociedade, entendendo o porquê de sua luta e as maneiras pelas quais buscam transformar a realidade em que vivem, estes sujeitos passam a representar organicamente o movimento do qual fazem parte.

A educação para o MST tem a tarefa de construir um movimento em que os sujeitos assumam uma reflexão permanente sobre suas práticas, as práticas do movimento, formando um elo de uma longa tradição de lutas sociais que se apoiam no passado e no presente visando um novo futuro. E formando, dessa forma, uma identidade sem terra que reforça a luta dos indivíduos e a formação de sujeitos que poderão agir na superestrutura da sociedade.



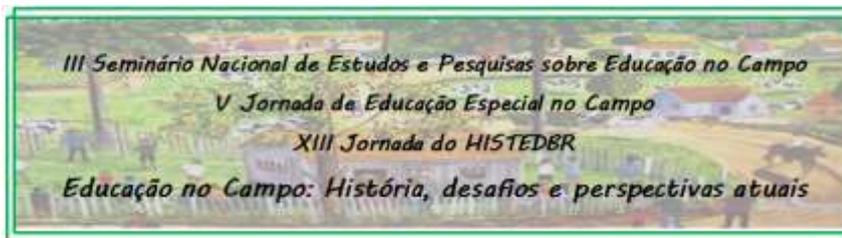
Nesse sentido pode-se afirmar que os intelectuais são agentes dessa Superestrutura¹, pois sua função neste contexto, enquanto intelectuais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é também de reelaborar ou elaborar uma nova ideologia transformando-a em uma nova concepção da vida humana, uma nova Hegemonia. Concepção esta que afirma uma sociedade mais justa para todos os indivíduos, pois o horizonte que define o caráter da educação no MST é o de um processo pedagógico que assume um caráter político visando a construção de uma nova ordem social.

O conceito de *hegemonia*, segundo Gramsci (2012) consiste na relação de domínio de uma classe social sobre o conjunto da sociedade e está relacionado ao poder do Estado e ao poder econômico. Uma ação que vise modificar o caráter desse modelo ou sistema produtivo, rompendo com a hegemonia das classes dominantes, é também uma ação que requer um trabalho de conscientização mais profundo. Sendo a escola um aparelho de difusão de ideias e valores, a educação tem papel fundamental na transformação dos sujeitos.

Pois, ao mesmo passo que as escolas tradicionais são fontes do conhecimento e ideais capitalistas, as escolas do campo podem assumir o papel de formar indivíduos do e para o movimento. Ou seja, indivíduos que conhecem sua função e seu papel enquanto sem terra e que lutam pelas causas e pelo movimento.

Com isso, a educação do campo assume, seja pelos educadores, lideranças ou participantes do movimento, o papel de conscientizar para transformar, isto é, vinculam o processo do saber, do conhecimento com a atuação política. A continuidade do processo de luta exige tanto conhecimento para os assuntos práticos do dia-a-dia, quanto conhecimento sobre a conjuntura social, político e econômica. O que remonta à formação de indivíduos intimamente ligados ao projeto político e social que almeja o MST.

¹ *Superestrutura* é o conceito apresentado nas obras de Antonio Gramsci que compreende as relações ideológico-culturais, ideias, costumes e relações da vida humana, que dialoga com o conceito de *Estrutura* que diz respeito às relações sociais de produção.



Nessa concepção de educação como mediadora entre o conhecimento e a formação da consciência, o ato de educar para a transformação social teria o caráter de *guerra de posição*. Guerra de posição, segundo Gramsci, significa, pois, uma tática para a conquista integral dos aparelhos sociais de dominação e direção moral-intelectual da sociedade, ou seja, a conquista de instituições políticas, educadoras e ético-culturais, com o intuito de transformar a consciência, produzindo um novo consenso sob uma nova direção ético-política.

Na medida em que a base da educação sem terra se encontra na formação de indivíduos conhecedores da história do movimento e das lutas políticas de seu povo, é possível refletir que a educação juntamente com as outras forças políticas e lutas do movimento formam os *intelectuais orgânicos*.

Tanto nas escolas do campo quanto nas ações do movimento existe uma pedagogia, ou seja, uma maneira de ensinar, de transmitir conhecimentos dos mais variados possíveis, que também se torna uma estratégia para a formação dos indivíduos, dos sujeitos que compõem o movimento. Porém, o grande desafio é o jeito de fazer educação numa escola inserida na dinâmica de um movimento social.

Por esse motivo, a proposta de educação do campo é baseada na Pedagogia do Movimento, e tem essa nomenclatura devida tanto ao fato de estar inserida dentro de um movimento social, como pelo propósito de extrair as matrizes pedagógicas básicas e colocá-las em movimento. Sendo assim, trata-se de uma escola preocupada com a formação humana e com o movimento da história, assumindo uma característica de reflexão sobre a formação da identidade do sujeito sem terra.

A proposta da educação do campo só é possível se pensar em uma nova dinâmica social e cultural mais ampla, já que o movimento (e também os educadores) compreende um momento oportuno, histórico e propício para se repensar a educação, por que o campo passava (e ainda passa) por debates, lutas, organizações e debates extremamente dinâmicos. Por isso a preocupação em formar sujeitos (mulheres, crianças, lideranças) inseridos em valores e relações apreendidas na dinâmica social do campo. (ARROYO, 1999)

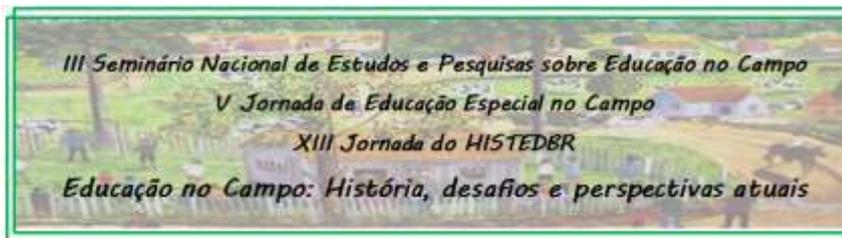


Tendo em vista, então, a dinâmica social que envolve o campo e, em consequência disso, as relações educacionais que devem dialogar com essa dinâmica, o processo de construção da escola do campo baseia-se nas seguintes pedagogias: a) Pedagogia da luta social; b) Pedagogia da organização coletiva; c) Pedagogia da terra; d) Pedagogia do trabalho e da produção; e) Pedagogia da cultura; f) Pedagogia da escolha; g) Pedagogia da história; h) Pedagogia do oprimido e i) Pedagogia da alternância.

A educação inicia com o enraizamento dos participantes em uma coletividade e é através do processo de formação dos sem terra que essas matrizes pedagógicas são extraídas para a construção de uma escola preocupada com a formação humana e o movimento da história. No entanto, a pedagogia que forma esses sujeitos sociais não acontece somente por meio da escola, mas os processos educativos que sustentam a identidade sem terra é muito maior e envolve a vivência como um todo.

Por esse motivo todas as teorias pedagógicas e educacionais utilizadas nesse processo estão em movimento constante para que o ideal organizador da proposta da educação do campo esteja presente, tanto na escolarização e na transmissão do conhecimento por parte do educador, quanto em outras ações cotidianas de aprendizado. Ideal este que consiste na formação de uma consciência que leve o assentado ao debate da reforma agrária, sobre todas as questões de luta social e por uma transformação social. (CALDART, 1999)

Dessa forma, a educação assume papel central na luta diária dos indivíduos, dando-lhes oportunidade de conhecimento e possibilidade de ação. A formação de intelectuais orgânicos e a guerra de posição como tática para o despertar da consciência destes sujeitos, são elementos que unificam a luta e corroboram para a continuidade das ações. E num projeto que assume pautas como: reforma agrária, luta contra o agronegócio a favor da agroecologia, o fim do latifúndio improdutivo e educação para todos os membros do movimento, tem consistência para colocar a luta política em outro patamar. Para transformar e atingir o objetivo fim de uma sociedade mais justa é preciso, em primeira instância, formar sujeitos e torna-los conscientes de todos os processos sociais que envolvem sua caminhada.



Bibliografia

ARROYO, M. FERNANDES, B. M. A educação básica e o movimento social do campo – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BENJAMIN, César. Projeto Popular para o Brasil: na construção do Brasil que queremos. In: *II Assembléia Popular Nacional*. Luziânia, 25 a 28 de Maio, 2010.

CALDART, R. S. “A escola do campo em movimento”. In: *Currículo Sem Fronteiras*, Porto Alegre/RS, 2003 v.3, n 1, pp 60-81.

CALDART, R. S. “Convivência e Coletividade” In: *Escola em Movimento*. Instituto de Educação Josué de Castro. São Paulo: Expressão Popular, 2013 p. 335-370.

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, R. S. e BENJAMIN, Cesar Q. “Projeto popular e escolas do campo”. In: *Educação do campo: Por uma educação básica do campo*. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo” 1999.

DEL ROIO, Marcos. *Gramsci e a educação do educador*. São Paulo, Cad. Cedes Campinas, vol. 26, n 70, pág. 311 – 328, set/dez. 2006.

FERNANDES, B; CERIOLI, P; CALDART, R. S. “Bases para a elaboração de uma proposta de Educação Básica do Campo” In: *Conferência Nacional Por uma educação básica do campo – texto base*. Brasília: pp. 24-40, julho 1998.

HILSENBECK FILHO, A. M. *O MST no fio da navalha – dilemas, desafios e potencialidades da luta de classes*. Campinas, SP: [sn] 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 56ª Edição. Rio de Janeiro,. Paz e Terra, 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968. Cap. I pp. 3-23; Cap. II pp.117-157



GRAMSCI, Antonio. *Os Cadernos do Cárcere – Maquiavel: Notas sobre o Estado e a Política*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2012. Vol. 3. Caderno 13, pp. 11 – 111.

MARTINS, J. S. *O poder do atraso*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1994.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Textos sobre Educação e Ensino*. São Paulo, Editora Centauro, 2004.

MOVIMENTO DOS TRABALHORES RURAIS SEM TERRA. *Conferência Nacional Por uma educação básica do campo – texto base*. Brasília, julho 1998.

MOVIMENTO DOS TRABALHORES RURAIS SEM TERRA. “Princípios da educação no MST”. In: Caderno de Educação n°8. São Paulo, 1996.

PISTRAK, E. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

STÉDILE, João Pedro. A questão agrária e o socialismo. In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2002. p. 306-322.